

# A REPETIÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE (RE)FORMULAÇÃO EM DISCURSOS POLÍTICOS DE AUTORIA FEMININA E MASCULINA: UMA QUESTÃO DE GÊNERO(S)?

Carolina da Costa Joaquim\*

**Resumo:** O artigo tem como proposta abordar a repetição como estratégia linguística de formulação textual, com o intuito de relacionar a sua ocorrência com duas questões: a da identidade social de género e a do género textual. Aliando os pressupostos teórico-metodológicos do Interacionismo Sociodiscursivo (Bronckart, [1997]1999), nomeadamente respeitantes aos tipos discursivos, e a proposta de estruturas de repetição de Marcuschi (1996, 2006), o estudo baseia-se na análise comparativa de textos que conformam discursos políticos de tomada de posse, produzidos por mulheres e homens de destaque, e visa:

- na perspetiva do género textual, identificar as estruturas de repetição que se colocam em evidência e perceber em que medida são constitutivas desses textos;
- na ótica da identidade de género, aferir se essa estratégia é tendencialmente utilizada por instâncias produtoras femininas ou por masculinas, no processo de implicação textual. Os dados observados assumem-se promissores, ainda que provisórios: a repetição parece ser uma característica daqueles textos; e um recurso explorado com maior ênfase por mulheres em segmentos que traduzem a sua implicação no texto.

**Palavras-chave:** Reformulação, Repetição, Discursos políticos de tomada de posse, Género, Implicação

---

\* CLUNL – NOVA FCSH / FCT ; carolinacosta@fcs.unl.pt

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo enquadra-se na área da Linguística do Texto e do Discurso e tem como proposta abordar uma das estratégias de formulação textual – a repetição (R), com o intuito de refletir sobre a ocorrência de determinadas estruturas constitutivas da (re)formulação por R no processo de reconhecimento e interpretação do sentido, quer do ponto de vista da identidade social do gênero, quer do gênero textual.

O trabalho insere-se num percurso de investigação<sup>1</sup> que visa estudar a configuração linguística do agir nos textos de mulheres em posição de destaque, em Portugal, aliando a problemática das mulheres com a da linguagem. Em traços gerais, projetou-se um percurso com o intuito de investigar o modo como as mulheres, enquanto instâncias produtoras, se representam nos seus textos, consistindo a maior parte dos trabalhos encetados numa abordagem linguística das questões do feminino, em que os textos se colocam à disposição da problemática (social) das mulheres. O percurso desenvolvido tem permitido pensar os textos como *locus* da representação das questões das mulheres, perspectivado-se o discurso como responsável pela (des)construção de uma identidade da mulher, contribuindo para a (in)visibilidade das mulheres no quadro social e político português; e equacionando-se, ainda, a possibilidade de existir uma escrita específica de mulheres, uma linguagem “feminina” (Pintasilgo, 1981).

Dessa perspetiva de descrever o agir verbal de mulheres resulta a integração de um trabalho comparativo que enquadra a análise de textos de autoria feminina e masculina, no contexto português, e no âmbito das mesmas práticas socioprofissionais. Nessa descrição da representação linguística do agir de mulheres e homens, por intermédio dos textos, com recurso à materialidade linguística, perspetiva-se atestar a sua implicação (ou não) no texto. É no quadro teórico-metodológico do Interacionismo Sociodiscursivo (ISD), impulsionado por Bronckart (1999), que se encontram as ferramentas (linguísticas) que possibilitam analisar o modo como se representam as instâncias produtoras nos textos e aferir se o discurso é implicado ou não: os *tipos discursivos* (e consequentes marcas de implicação).

---

1 Este artigo surge no âmbito do percurso de Investigação da autora em Linguística do Texto e do Discurso e na sequência de um trabalho publicado, sob a forma de artigo. Para mais pormenor, cf.: Joaquim, C. D. C. (2019), “A representação discursiva de mulheres e homens em posição de destaque: um estudo comparativo e exploratório”, in M. A. Marques, & S. Guimarães (Eds.), *Linguagens de poder* (pp. 133-156), V. N. Famalicão: Editora Húmus/CEHUM.

Especificamente, este trabalho propõe integrar nesse percurso de análise um novo elemento: a R como estratégia linguística de formulação textual. O *corpus* de análise é composto por textos escritos, contrariando, também, a tendência dos estudos sobre a R, descentralizando-os, aqui, do domínio oral para o domínio escrito. Os textos pertencem ao gênero textual *discursos políticos de tomada de posse*, de instâncias produtoras femininas e masculinas de destaque no panorama social e político português, num exercício que alia os pressupostos teórico-metodológicos do ISD (Bronckart, 1999, 2008) e a proposta de estruturas de repetição (ER) veiculada por Marcuschi (1996, 2006).

Assim, o presente estudo visa, do ponto de vista da relação da (re)formulação com o gênero textual, i) determinar (e relacionar) as ER que se colocam em evidência no gênero de texto *discurso político de tomada de posse*, e ii) perceber em que medida a formulação sob a forma de estrutura de repetição pode configurar uma característica desse gênero de texto. Do ponto de vista da relação da (re)formulação com a identidade de gênero, pretende-se iii) aferir se essas ER são uma estratégia tendencialmente utilizada por instâncias produtoras femininas ou masculinas, e iv) determinar se (e em que medida) essas estruturas estão (ou não) associadas à implicação/envolvimento de mulheres e/ou homens no processo de produção textual.

## 2. A (RE)FORMULAÇÃO POR REPETIÇÃO: BREVE ENQUADRAMENTO

Os estudos primordiais sobre reformulação remontam às décadas de 70 e 80 (Harris, 1976; Fuchs, 1982), impulsionados depois pela publicação de *La Dame de Caluire*<sup>2</sup> que, já em 1987, faz da reformulação um dos objetos de estudo mais trabalhados, assistindo-se a uma abertura disciplinar do fenómeno, bem como à (re)definição do fenómeno linguístico em si (Charolles & Coltier, 1986; De Gulmyn, Charolles, 1987; Gulich & Kotschi, 1987; Tannen, 1987; Martinot, 1994, 2015; Rossari, 1993; Kara, 2004, 2007; Garcia-Debanc, 2006, 2015; entre outros).

Especificamente, os estudos sobre a R predominam no domínio do oral (Fiorin, 2008), porém vários estudos apontam-na como uma estratégia fundamental no processo textual-interativo, salientando o seu papel crucial no processo de construção do saber, no processamento informacional e na preservação da funcionalidade comunicativa (Marcuschi, 1996, 2006). Nesta direção,

---

2 Esta referência remete para as atas que resultaram do colóquio organizado por P. Bange na Universidade de Lyon, em 1985, e que reuniu diversos autores e trabalhos sobre a reformulação: P. Bange (ed.). *L'analyse des interactions verbales, La Dame de Caluire: une consultation*. Actes du colloque tenu à l'Univ. de Lyon 2, 13-15 décembre 1985, pp. 15-81. Berne: Peter Lang.

e ainda de acordo com este autor, a R contribui para a organização discursiva, para a manutenção da coerência e da coesão textuais, para a progressão/continuidade tópica e auxilia nas atividades interativas (Marcuschi, 2006). Para além de acolher estas funções e tendo em conta o facto de ser uma estratégia recorrente da oralidade, autores como Pinto *et al.* (2017) salientam o seu valor argumentativo. Nessa medida, as estruturas paralelísticas admitem o efeito de reforçar os argumentos, cumprindo uma função retórica argumentativa que serve a persuasão e surgindo como mecanismo de formulação. Por seu turno, Lebaud e Ploog (2013) frisam a sua importância como fenómeno não parafrástico e a sua heterogeneidade estrutural e estilística no seio do mesmo campo discursivo e referencial. É nesta última premissa que se situa, também, o presente trabalho, alargando-se o enfoque do paradigma da reformulação como paráfrase, linguisticamente marcada pelos tradicionais mecanismos reformulativos, ao processo de formulação na sua ligação com as ER. Lebaud e Ploog (2013: 2) sublinham a espontaneidade como entrave à conceção de R como paráfrase, e postulam que a formulação por R assume múltiplas formas de elaboração e construção, determinando que está para além de uma mera reprodução fiel ao seu significante e significado. Ainda no seguimento de Lebaud e Ploog (2013: 4), é no facto de a R poder ocorrer numa construção idêntica sucessiva ou em contextos estruturais diferenciados que reside o seu poder coesivo, destacando-se, ainda, a convicção de que as (re)formulações sucessivas de uma mesma construção não são sinónimas do elemento que é elaborado, antes complementam-no. Nesta mesma linha de raciocínio, Marcuschi (1996, 2006) defende que a R tem a capacidade de expressar algo novo, de gerar conhecimento, salientando que nem mesmo a R por via de elementos linguísticos que indiciam a formulação (i.e. marcadores discursivos) é sinónimo de repetição do mesmo conteúdo expresso anteriormente, ou seja, não é um mero ato metalinguístico (Fiorin, 2008: 543).

Para este trabalho toma-se como referência o definido por Marcuschi (1996, 2006) no que respeita às diversas formas e funções que a estratégia de formulação por R assume, sendo consideradas as seguintes manifestações do segmento repetido:

- *Quanto à sua forma:* a R pode ser fonológica, de morfemas; lexical; suboracional; oracional. As repetições fonológicas remetem para estratégias ao nível fonológico, de que são exemplo as aliteraões, entonações, entre outras; e a repetição de morfemas opera ao nível morfemático, como é o caso de prefixos, sufixos, entre outros. Acima

deste nível encontram-se as ER que apresentam elementos discursivos do foro lexical (repetição de itens lexicais); sintagmático ou suboracional (repetição de sintagmas nominais, adjetivais, verbais, entre outros) e oracional (repetição de orações). Os segmentos repetidos, ao serem formulados, podem constituir auto ou heterorrepetições: autorrepetições porque produzidas pela mesma instância de produção, no seu “turno” de fala; e heterorrepetições quando o segmento repetido é produzido por outra instância que não a instância de produção, noutra “turno” de fala.

- *Quanto à sua distribuição no plano/encadeamento textual*: as repetições podem ser contíguas/adjacentes ou distantes: na primeira as repetições surgem próximas da matriz, construídas à semelhança do segmento a ser reproduzido; na segunda, posicionam-se mais distantes da matriz, podendo aparecer no intervalo de um ou mais tópicos.
- *Quanto às suas funções*: as repetições assumem as funções gerais assinaladas acima e, especificamente, nos casos genológicos dos textos do *corpus*, as estruturas paralelísticas de R surgem com o intuito de reforçar o argumento e de persuadir o público-alvo, buscando efeitos retóricos próprios. As repetições atuam, portanto, no plano composicional do texto (relações contextuais) e no plano discursivo (relações sócio-contextuais), estando relacionadas aos aspetos interacionais, cognitivos e pragmáticos (Fiorin, 2008: 545).

### 3. O APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO: O INTERACIONISMO SOCIODISCURSIVO

Para relacionar a questão da (re)formulação com a questão (social) do género, aporta-se teórico-metodologicamente no ISD. Desenvolvido por Bronckart (1999), tem a sua origem nos pressupostos do Interacionismo Social de Voloshinov ([1929]1977) e surge com a proposta de se estudar os efeitos produzidos pela matriz dos géneros textuais e dos tipos de discurso sobre o desenvolvimento humano, nas suas dimensões gnosiológicas (ordem dos saberes) e praxiológicas (ordem do agir).

Os seus trabalhos relativos aos textos e discursos relevam de uma psicologia da linguagem, inscrita na corrente das Ciências Humanas e Sociais do Interacionismo Social, que se centra na análise do funcionamento e da génese das práticas linguísticas. A linguagem é vista como um instrumento que materializa tanto aspetos psíquicos quanto sociais e, por isso, define-se como uma

forma de ação semiotizada num contexto psico-sócio-histórico-ideológico por agentes em interação entre si e com o meio, construindo a consciência individual e social (Bronckart, 1999). Para o ISD, como projeto de uma *ciência do humano*, a problemática da linguagem é central (abordagem logocêntrica), postulando que é através dela que se constrói conhecimento, que se age e interage e, portanto, que se desenvolve a pessoa. Procura-se, desse modo, demonstrar que as práticas de linguagem situadas (i.e. os textos-discursos) são os instrumentos do desenvolvimento humano, quer sob o ponto de vista gnosiológico, quer praxiológico. Os textos assumem, portanto, uma função praxiológica, por se centrarem na prática, na ação de um eu reflexivo e que se envolve no processo textual, representando empiricamente as atividades/práticas em que ocorrem. Esta forma de ação através da linguagem, Bronckart (1999, 2008) designa *agir langagier* (*agir pela linguagem*), desenvolvendo o termo “língua em ação”, que corresponde a uma parte da atividade linguística imputada a um determinado indivíduo e, portanto, está associado ao fenómeno da implicação. A materialização linguística dessa forma de ação languageira dá-se por intermédio dos *tipos de discurso* e as marcas linguísticas que enquadra (marcas de implicação).

### 3.1. OS INSTRUMENTOS DE ANÁLISE

Ao estudar a organização e os efeitos das práticas de linguagem, sob a forma de textos e/ou discursos, no desenvolvimento humano, o ISD postula um modelo de análise de textos – o modelo da ação de linguagem (contexto de produção) e o modelo da arquitetura textual. No modelo da arquitetura interna dos textos, Bronckart (1999) determina que a organização do texto se concebe como um *folhado*, composto por três níveis superpostos – mecanismos enunciativos (camada superficial), mecanismos de textualização (camada intermédia) e infraestrutura geral do texto. A infraestrutura é a camada mais profunda do folhado textual, constituída pelo plano de texto (que organiza o conteúdo temático), e dá conta da construção e organização interna dos textos, isto é, dos aspetos linguísticos das práticas de linguagem – os *tipos de discurso*.

Na perspetiva teórica do ISD, os textos, como resultados das atividades humanas, implicam, na sua organização e no seu funcionamento, operações cognitivas e realizações linguísticas que dependem das escolhas do agente. No processo do agir pela linguagem são acionadas operações do pensamento humano que mobilizam signos, organizados em textos, e que permitem a construção gnosiológica. A esta organização interna dos textos, isto é, dos aspetos linguísticos das práticas de linguagem, o ISD designa tipos de discurso.

Estes atuam na observação da materialidade linguística dos textos, surgindo em posição infraordenada no texto e configuram “envelopes” de unidades linguísticas, segmentos (identificáveis em função das formas linguísticas em ocorrência), em número limitado e dotados de estabilidade linguística, que entram na composição dos gêneros e, conseqüentemente, de cada texto empírico. As operações cognitivas que traduzem as escolhas (psicológicas) que as instâncias produtoras fazem, quando usam a língua, denominam-se mundos discursivos, e correspondem ao processo de mediação pela linguagem entre o “vivido pessoal” e o real (o mundo exterior). É nesse seguimento que os tipos de discurso enquadram as marcas de implicação, perspetivando que, para além de unidades linguísticas, são também unidades psicológicas, uma vez que correspondem a modalidades de enunciação que semiotizam esses “mundos discursivos” pré-construídos. São, portanto, as manifestações linguísticas que indicam o tipo de relação existente entre o mundo discursivo construído no texto e o mundo comum do agente e, por tal, auxiliam em determinar se as instâncias produtoras decidem implicar-se ou, pelo contrário, distanciar-se no processo de produção textual.

No quadro abaixo, Bronckart (2008: 71) sintetiza essas escolhas, psicológicas e linguísticas:

**Figura 1. Relações dos tipos de discurso**

Organização temporal			
		Conjunção – Ordem do EXPOR	Disjunção – Ordem do CONTAR
Organização atorial	Implicação	<b>Discurso interativo</b>	<b>Relato interativo</b>
	Autonomia	<b>Discurso teórico</b>	<b>Narração</b>

Na leitura da figura apresentada determina-se que os mundos discursivos são construídos no seguimento de duas operações mentais no momento do processo de produção textual: uma que respeita à relação que se estabelece entre as coordenadas que organizam o conteúdo temático mobilizado no texto e as coordenadas da situação de produção (organização espaço-temporal); e outra entre as coordenadas da ação da linguagem das instâncias de agentividade (agente produtor) e a sua situação de produção (organização atorial).

Assim, no que concerne à organização temporal, a relação estabelecida pode ser conjunta ou disjunta: na primeira, são mobilizadas marcas que mostram

um espaço-tempo conjunto ao da interação social (ordem do Expor); e na segunda, observam-se marcas que atestam um espaço-tempo independente, ou mesmo à parte do mundo real (ordem do Contar/Narrar). As marcas que ocorrem num tempo conjunto ao da situação de produção correspondem aos tipos de discurso Discurso Interativo e Discurso Teórico. Pelo contrário, na ordem do Contar/Narrar são mobilizados os tipos de discurso Relato Interativo e Narração.

De outro lado, e de acordo com uma organização atorial (face à ação da linguagem), as instâncias de agentividade verbalizadas são ou não colocadas em relação com o agente produtor e a sua situação de produção. No primeiro caso, atesta-se a presença de marcas no texto que remetem para a instância produtora (Implicação); e, no segundo, verifica-se a ausência de marcas que assinalam a implicação da instância produtora (Autonomia). Tal auxilia a determinar se as instâncias produtoras decidem implicar-se ou, pelo contrário, distanciar-se no processo de produção textual: ao implicarem-se, são mobilizados os tipos de discurso Discurso Interativo e Relato Interativo; ao distanciareem-se, verifica-se a ocorrência de Discurso Teórico e Narração. Tal permite, ainda, aferir o grau de implicação da instância produtora no texto: forte/atestada (ou mesmo atenuada/enfraquecida) ou nula.

Em suma, a escolha dos segmentos linguísticos, isto é, dos tipos de discurso, faz prever a ocorrência de quatro mundos discursivos, a saber: Expor implicado, Expor autónomo, Narrar implicado, Narrar autónomo.

#### 4. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A análise comparativa baseou-se num *corpus* composto por quatro textos, que constituem *discursos políticos de tomada de posse*, distribuídos da seguinte forma: dois discursos de tomada de posse do cargo de Primeira(o)-ministra(o) e dois discursos de tomada de posse do cargo de Presidente da Assembleia da República. Relativamente às instâncias produtoras, dois são de mulheres pioneiras na ocupação desses cargos e, os outros dois, comparativamente, são da autoria dos seus respetivos homólogos, neste caso em particular, os homens que lhes sucederam:

**Figura 2. Corpus de análise**

	Mulheres		Homens	
<b>Corpus</b>	Texto 1	Texto 2	Texto 3	Texto 4
<b>Cargo/posição</b>	Primeira(o)-ministra(o)		Presidente da Assembleia da República	
<b>Instância Produtora</b>	Maria de Lourdes Pintasilgo	Francisco Sá Carneiro	Assunção Esteves	Eduardo Ferro Rodrigues
<b>Tempo</b>	1979	1980	2011	2015
<b>Gênero de Texto</b>	Discurso de tomada de posse			
<b>Atividade</b>	Política			
<b>Suporte</b>	Internet			

De acordo com o contexto de produção, destaca-se que os textos<sup>3</sup> pertencem ao mesmo gênero de texto, ou seja, são *discursos de tomada de posse*; correspondem à mesma atividade social – esfera política; foram produzidos para serem oralizados no espaço de tomada de posse dos cargos políticos – a Assembleia da República; circulam na Internet sob a forma escrita (suporte); e cumprem a mesma finalidade – apresentar as intenções, as motivações, os objetivos, e os pressupostos do compromisso assumido.

Os textos das instâncias produtoras femininas serão doravante designados de Texto 1 e Texto 3, pertencendo a Maria de Lourdes Pintasilgo, mulher pioneira na ocupação do cargo de Primeira-ministra, em 1979; e a Assunção Esteves, mulher pioneira na ocupação do cargo de presidente da Assembleia da República, em 2011, respetivamente. De outro lado, os textos de autoria masculina serão assinalados como Texto 2 e Texto 4, sendo o Texto 2 do homólogo de Maria de Lourdes Pintasilgo – Francisco Sá Carneiro, sucessor do V Governo Constitucional, em 1980; e o Texto 4 do homólogo de Assunção Esteves – Eduardo Ferro Rodrigues, sucessor da XII Legislatura, em 2015.

Metodologicamente, para observar o modo como as instâncias produtoras femininas e masculinas se representam discursivamente, e para se

3 Para consulta integral dos textos cf. ponto 8 do presente artigo.

verificar em que medida a configuração linguística das mulheres e homens, em posição de destaque, se traduz num discurso implicado ou não implicado, procede-se à identificação das unidades linguísticas que constituem as marcas de implicação e, conseqüentemente, os tipos discursivos mobilizados. Os modos como as instâncias de produção se implicam ou não no processo de produção textual são atestados pela presença e/ou ausência dos seguintes mecanismos linguísticos:

### Figura 3. Marcas de implicação

#### MARCAS DE IMPLICAÇÃO

- monólogos/diálogos (e turnos de fala), orais ou escritos
- unidades que remetem à interação verbal (deixis pessoal)
- outros fenómenos de ancoragem situacional (deixis)
- pronome indefinido "on" ("se") (com/sem valor exofórico)
- anáforas (nominais, pronominais)
- frases não declarativas
- mecanismos de organização temporal: exploração do subsistema de verbos do plano do discurso ou
- da história (com/sem valor deítico)
- processos de modalização autonímica
- auxiliares de modo
- modalizações
- organizadores com valor lógico-argumentativo
- organizadores temporais
- densidade verbal e sintagmática (elevada/baixa)
- [...]

Estas marcas de implicação surgem em segmentos que permitem aferir, quanto à organização temporal e à agentividade, se são mobilizados tipos de discurso da ordem do Expor (Discurso Interativo e/ou Discurso Teórico) ou do Contar/Narrar (Relato Interativo e/ou Narração); se a instância de produção se implica nos textos (Discurso Interativo e/ou Relato Interativo) ou não (Discurso Teórico e/ou Narração); e, ainda, que grau de implicação assumem as instâncias produtoras – implicação forte/atestada, atenuada, enfraquecida e/ou nula.

No que respeita às ER, ter-se-á em conta as conceções desenvolvidas por Marcuschi, que determinam que essas podem ser auto ou heterorrepetições; contíguas/adjacentes ou não; e sob a forma de repetição de léxico, orações, sintagmas, morfemas e estruturas fonológicas. Para a análise, pretende-se localizar as ER em evidência no género de texto *discurso político de tomada de posse* e averiguar, a partir das ferramentas linguísticas em destaque – os tipos de discurso e as marcas de implicação –, em que tipo de segmentos ocorrem; se estão associadas ao fenómeno da implicação; e se são um recurso mais explorado por instâncias produtoras femininas ou, pelo contrário, masculinas.

## 5. TRABALHO DE ANÁLISE

O trabalho de análise orientou-se em duas direções: primeiro, procedeu-se à análise da configuração linguística das instâncias produtoras no processo de produção textual; e, depois, ao mapeamento das ER em evidência no *corpus* de análise. Para tal, foi necessário determinar os critérios de análise que integram as ferramentas linguísticas que permitem observar a configuração da enunciação de mulheres e homens e, conseqüentemente, aferir a sua implicação (ou não) nos textos. De seguida, inventariaram-se esses instrumentos – as marcas de implicação e os tipos de discurso – em ocorrência nos textos e estabeleceu-se o estudo comparativo. Por último, importou-se o mapeamento das ER em ocorrência nos textos e procedeu-se à análise no sentido de responder às questões levantadas.

Assim, para se observar a configuração linguística das instâncias produtoras, a partir dos instrumentos de análise em destaque, no sentido de aferir o envolvimento das instâncias produtoras no processo de produção textual, definiram-se os seguintes critérios de análise:

Figura 4. Critérios de análise

CRITÉRIOS DE ANÁLISE				
		Implicação	Não Implicação	
MARCAS DE IMPLICAÇÃO	<b>Unidades com valor deítico que remetem para a interação verbal</b>	<b>Pessoal</b> (nomes próprios, pronomes, entre outros)	Presença	Ausência
	<b>Modalização autonímica</b>	<b>Temporal-Espacial</b> (não verbal: advérbios, adjetivos, entre outros)	Presença	Ausência
		<b>Marcas de modulação</b> (? , ! , ...)		
	<b>Pronome indefinido “se”</b>		Com valor deítico (1ª PS ou 1ª pPL)	Sem valor deítico/exofórico
	<b>Exploração do subsistema de verbos do plano do discurso</b>		Com valor deítico (PRES, PPS, FUT per.)	Sem valor deítico (valor genérico) (PRES, PPC)
	<b>Auxiliares de modo</b> (poder, dever, querer, ser preciso, entre outros)		Presença	Presença (auxiliares poder/dever + INF)
	<b>Anáforas</b> (retomadas anafóricas: nominais, pronominais, entre outras)		Valor exofórico	Referenciação deítica intratextual
	<b>Frases não declarativas</b> (interrogativas, exclamativas e imperativas)		Presença	Ausência
	<b>Modalizações lógicas</b>		Ausência	Presença
	<b>Organizadores com valor lógico-argumentativo</b>		Ausência	Presença
	<b>Densidade verbal</b>		Elevada	Baixa
	<b>Densidade sintagmática</b>		Baixa	Elevada
<b>Tipo discursivo</b>		<b>Discurso Interativo</b>	<b>Discurso Teórico</b>	
<b>Mundo discursivo</b>		<b>Expor Implicado</b>	<b>Expor Autônomo</b>	

Neste procedimento analítico agruparam-se, de um lado, as marcas que sugerem a implicação da instância produtora (*cf.* Figura 4, coluna “Implicação”); e, do outro, as marcas que remetem para a não implicação da instância de produção (*cf.* Figura 4, coluna “Não Implicação”). Este agrupamento dos critérios resultou do mapeamento e inventariação das marcas linguísticas em ocorrência nos textos, assumindo que a ocorrência de marcas que apontam para a implicação da instância produtora no processo de produção textual está sinalizada com os traços “presença” e “com valor deítico/exofórico”; e, de outro lado, as marcas que sugerem o distanciamento sinalizam-se por intermédio dos traços “ausência” e “sem valor deítico/exofórico (valor endofórico)”.

A análise integral e comparativa do *corpus* de análise<sup>4</sup> atestou que as regularidades encontradas nos modos de representação das instâncias produtoras colocam de um lado os textos de instâncias produtoras femininas (Textos 1 e 3) e, do outro, os de instâncias produtoras masculinas (Textos 2 e 4). As regularidades observadas num e noutro caso parecem de tal forma constitutivas e representativas de uma configuração linguística, que se adianta, desde já, parecer própria da instância produtora feminina, de um lado; e, do outro, da instância de produção masculina; evidenciando-se as seguintes particularidades:

- a) nos Textos 1 e 3 predominam as marcas linguísticas que atestam a implicação do *eu*, surgindo em segmentos de Discurso Interativo;
- b) nos Textos 2 e 4 predominam as marcas linguísticas que atestam o distanciamento da instância produtora no processo de produção textual, mobilizadas em segmentos de Discurso Teórico.

Tal sugere que as mulheres privilegiam o recurso a marcas de implicação mobilizadas em segmentos de Discurso Interativo e que traduzem um forte envolvimento da instância de produção no processo de produção textual. Mais especificamente, a configuração linguística da enunciação de mulheres é tendencialmente tecida a partir de relações de implicação e conjunção, representando-se a si próprias no mundo do Expor (Expor Implicado). Ou seja: as relações que se estabelecem no Discurso Interativo caracterizam-se pela conjunção entre as coordenadas que organizam o conteúdo temático e as da ação de linguagem; e a relação de implicação que se estabelece entre as instâncias de agentividade e os parâmetros da ação de linguagem. Nesse sentido, relevam

---

4 Para consultar com maior profundidade alguns exemplos que resultaram das análises da configuração linguística, *cf.* Anexos 1 e 2.

dos textos características que marcam a presença da instância produtora e, também, que indicam o momento de produção, mostrando, assim, esse mundo discursivo semiotizado e ativado por essas escolhas.

Em contrapartida, os textos de homens revelam uma tendência desses a não se implicarem, mobilizando opções linguísticas que sugerem um sujeito indeterminado e que surgem em segmentos de Discurso Teórico. Prevalece, portanto, uma relação de não implicação, isto é, a relação entre as instâncias de agentividade e os parâmetros da ação de linguagem não é explicitada (Autonomia), ainda que estabelecida temporalmente em conjunção com o momento de produção textual (Expor Autônomo).

De uma forma mais específica, a implicação ou não das instâncias produtoras no processo de produção textual depende das suas escolhas linguísticas, tendo sido atestadas as seguintes tendências e estratégias na representação (linguística) de si:

Nos textos de autoria feminina, a implicação é forte nos momentos em que o *eu* assume o estatuto de ator no processo de produção textual, sob a forma de 1ªPS, podendo esse grau de implicação ser enfraquecido quando a instância produtora se assume como parte de um coletivo, sob a forma de 1ªpPL com valor deítico dilatado, representando diferentes papéis sociais adaptados às circunstâncias de produção. Apesar da possível alternância dos graus de implicação, as instâncias produtoras femininas representam-se linguisticamente por intermédio de segmentos de Discurso Interativo, ou seja, posicionam-se no discurso, tendencialmente, de forma pessoal e implicada. Esta representação é atestada pela presença de unidades com valor deítico que remetem para a interação verbal; de frases não declarativas; de processos de modalização autonímica; de pontuação polifônica e modulações com valor de implicação; de auxiliares de modo; e de formas verbais do plano do discurso com valor exofórico, sobretudo nas formas de Presente do Indicativo e do Pretérito Perfeito, marcando a equivalência entre a instância emissora do texto e o autor dos processos evocados, quer na forma de pronome pessoal deítico “eu” (implicação atestada/forte); quer sob a forma de 1ªpPL:

1. Texto 1: “Julgo, porém, que a Assembleia tem o direito de saber [...] que imagem tem o Governo de si próprio: que Governo, e como entende [...]”.
2. Texto 1: “[...] o Governo a que presido, embora constitucional, surge marcado pela “transição”. Transição e não rotura que tal seja bem entendido. Transição que o Governo [...]”.

3. Texto 3: “Dedico este meu momento de alegria a todas as mulheres. Às mulheres políticas que trazem [...], às mulheres anónimas e oprimidas [...]”.
4. Texto 3: “[...] **somos nós** o cais da esperança. Da esperança que [...] saiu de casa para **nos** escolher, da esperança que não saiu [...]”.

Nos textos de autoria masculina não se verificam os mesmos fenómenos de implicação forte no processo de produção textual. Pelo contrário, as marcas linguísticas em ocorrência sugerem a tendência a não se implicarem, tal como demonstram as marcas linguísticas a que recorrem para se representarem. Essas marcas surgem em segmentos de Discurso Teórico e remetem para a ausência de: unidades com valor deítico que remetem para os interactantes ou para o espaço-tempo da produção; frases não declarativas; e processos de modalização autonímica e marcas de modulação. Predominam os seguintes mecanismos linguísticos de não implicação: a presença da forma neutra “se”, que não remete para os interactantes (implicação mais fraca ou neutra); de formas verbais do Presente Genérico, sobretudo do verbo “ser”/“estar” como marca de atribuição de propriedade (sem valor exofórico); o recurso ao auxiliar “poder” no Presente Genérico, seguido de forma verbal infinitiva; a presença de construções impessoais e infinitivas (por vezes sob a forma de retomadas anafóricas, como procedimento de referenciação deítica intratextual); o uso frequente de organizadores com valor lógico-argumentativo; e, pontualmente, exemplos de modalizações epistémicas/lógicas, externas à relação predicativa, marcando apenas “o dizer” dos processos:

5. Texto 2: “Em certo sentido, a data de 2 de Dezembro não marca apenas a vitória [...]. Marca [...] um passo decisivo para a maioria da democracia portuguesa”.
6. Texto 2: “[...] os portugueses esperam por mudanças no sistema político; mudanças que lhes tragam mais poder [...]; e mudanças também na cultura [...]”.
7. Texto 4: “Uma democracia de qualidade não se esgota no dia das eleições. A democracia [...]”.
8. Texto 4: “[...] **mas** nenhuma democracia sobrevive sem uma cultura de lealdade [...]. Nenhuma democracia sobrevive sem compromisso”.

No quadro abaixo apresentam-se sumariamente os dados obtidos num exercício comparativo:

**Figura 5. Análise comparativa da configuração linguística das instâncias produtoras**

<b>ANÁLISES – RESULTADOS</b>				
		<b>Textos 1 e 3 (mulheres)</b>	<b>Textos 1 e 3 (homens)</b>	
<b>MARCAS DE IMPLICAÇÃO</b>	<b>Unidades com valor deíctico que remetem para a interação verbal</b>	<b>Pessoal</b> (nomes próprios, pronomes, entre outros)		
		<b>Temporal-Espacial</b> (não verbal: advérbios, adjetivos, entre outros)	Presença / Ausência	
	<b>Modalização autonímica</b>	<b>Marcas de modulação</b> (?, !, ...)		
		<b>Desdobramento enunciativo</b> (em negrito) (recurso a pontuação polifônica" ("", (, -)	Presença	Ausência
	<b>Pronome indefinido "on" (se)</b>	Presença (com valor exofórico)	Presença (sem valor exofórico)	
	<b>Exploração do subsistema de verbos do plano do discurso</b>	Presença (com valor deíctico) (PRES, PPS)	Presença (valor genérico, não deíctico) (PRES)	
	<b>Auxiliares de modo</b> (poder, dever, querer, ser preciso, entre outros)	Presença	Presença (fraca)	
	<b>Anáforas</b> (retomadas anafóricas: nominais, pronominais, entre outras)	Presença (com valor exofórico)	Presença (sem valor exofórico)	
	<b>Frases não declarativas</b> (interrogativas, exclamativas e imperativas)	Presença	Ausência	
	<b>Modalizações lógicas</b>	Ausência	Presença	
<b>Organizadores com valor lógico-argumentativo</b>	Ausência	Presença		
<b>Densidade verbal</b>	Elevada	Baixa		
<b>Densidade sintagmática</b>	Baixa	Elevada		
<b>Tipo discursivo</b>	<b>Discurso Interativo</b>	<b>Discurso Teórico</b>		
<b>Mundo discursivo</b>	<b>Expor Implicado</b>	<b>Expor Autônomo</b>		

Após este trabalho de análise, importaram-se os dados e procedeu-se à etapa seguinte: identificar as estruturas constitutivas da formulação por R em ocorrência nos textos e relacioná-las com as questões da identidade (social) do género e do género textual. A primeira com o objetivo de perceber se as ER são um recurso linguístico tendencialmente usado por instâncias produtoras femininas ou se por masculinas e se estão relacionadas com o fenómeno da implicação; a segunda com o intuito de aferir se as ER são uma estratégia característica do género de texto *discurso político de tomada de posse*.

O mapeamento das ER em evidência nos textos permitiu atestar o seguinte: à semelhança do ocorrido com a análise da configuração linguística das instâncias produtoras, que resultou no agrupamento, de um lado, dos textos de mulheres e, de outro, dos textos de homens, constatou-se que a análise das ER coloca em oposição esse mesmo grupo de textos, nomeadamente no que respeita à sua relação com as questões (sociais) de género.

Verificou-se, no entanto, que em todos os textos, quer de autoria feminina quer masculina, ocorrem ER com a mesma forma, distribuição no plano textual e função, ou seja:

1. As ER assumem a forma de repetições lexicais, isto é, repetições de uma determinada palavra:

- a) Texto 1: “Julgo, porém, que a Assembleia tem o direito de saber [...] que imagem tem o *Governo* de si próprio: que *Governo*, e como entende [...]”.
- b) Texto 1: “[...] o Governo a que presido, embora constitucional, surge marcado pela “*transição*”. *Transição* e não rotura que tal seja bem entendido. *Transição* que o Governo [...]”.
- c) Texto 2: “Em certo sentido, a data de 2 de Dezembro não *marca* apenas a vitória [...]. *Marca* [...] um passo decisivo para a maioria da democracia portuguesa”.
- d) Texto 2: “[...] os portugueses esperam por *mudanças* no sistema político; *mudanças* que lhes tragam mais poder [...]; e *mudanças* também na cultura [...]”.
- e) Texto 3: “Dedico este meu momento de alegria a todas as *mulheres*. Às *mulheres* políticas que trazem [...], às *mulheres* anónimas e oprimidas [...]”.
- f) Texto 4: “Uma *democracia* de qualidade não se esgota no dia das eleições. A *democracia* [...]”.

ou a forma de repetições suboracionais e/ou oracionais, de um sintagma (nominal, adjetival, preposicional, verbal, entre outros) e/ou de uma oração, respetivamente:

- g) Texto 3: “[...] somos nós o cais da *esperança*. Da *esperança* que [...] saiu de casa para nos escolher, da *esperança* que não saiu [...]”.
- h) Texto 4: “[...] mas nenhuma *democracia* sobrevive sem uma cultura de lealdade [...]. Nenhuma *democracia* sobrevive sem compromisso”.

2. As ER surgem no formato exclusivo de autorrepetições, ou seja, o segmento repetido é produzido pela mesma instância de produção, o que parece ser justificável por se tratar de textos escritos ou, pelo menos, textos que, na sua origem, são escritos, porém com o intuito de serem “lidos”/oralizados pela mesma instância que os produz.

3. As ER, relativamente à sua distribuição no encadeamento textual, surgem contígua e adjacientemente, isto é, o segmento a ser reproduzido é semelhante ao que lhe deu origem e posiciona-se próximo da matriz (normalmente como retoma do que é dito anteriormente, separado por sinais de pontuação que terminam a oração – ponto final (cf. alíneas b), c), e), f), g) e h)); ou que desencadeiam/exemplificam outra – dois pontos (cf. alínea a); ou que sugerem uma lista/enumeração – vírgula ou ponto e vírgula (cf. alíneas d), e) e g)). Destaca-se, igualmente, nesta distribuição proposta por Marcuschi, as premissas de Lebaud e Ploog (2013) relativamente à configuração das construções por R, afastando-a da paráfrase e colocando a tónica na sua heterogeneidade estrutural e estilística no seio do mesmo campo discursivo e referencial. Também estes autores mencionam esta disposição das ER, sublinhando que as variações construcionais de um mesmo item lexical ou de uma oração, numa única posição imediata à matriz ou, por exemplo, sob a forma de lista/enumeração, garantem a coesão textual e contribuem para a construção do sentido (do texto) gerando, dessa forma, e tal como menciona Marcuschi (1996, 2006), conhecimento.

4. As ER assumem, em qualquer caso, as funções que visam a manutenção da coesão, nomeadamente: garantir a continuidade tópica, estabelecer a conexão interfrásica (coesão) e preservar a funcionalidade comunicativa e informacional. Ainda nestes textos, e por configurarem *discursos políticos de tomada de posse*, as ER paralelísticas assumem um valor argumentativo e

persuasivo, mais concretamente de reforço de argumentos (*cf.* alíneas g) e h)), operando como estratégia de formulação.

A análise da ocorrência de estruturas constitutivas da formulação por R, quer do ponto de vista da identidade do género, quer do género textual, permitiu concluir o seguinte:

No que respeita à relação da formulação com o género textual: as ER que se colocam em evidência no género de texto *discurso político de tomada de posse*, quer nos textos de autoria feminina, quer masculina, assumem a mesma forma, distribuição e função, surgindo como ER lexicais, suboracionais e/ou oracionais, autorrepetições e adjacentes. Afirmar, no entanto, que a R é uma estratégia textual e discursiva específica deste género de texto carece de um estudo mais profundo e alargado, no sentido de aferir se essa estratégia é, também, uma tendência de outros géneros de texto. Não obstante, sublinha-se que, embora a R seja uma estratégia de formulação recorrente em textos orais, ela ocorre com frequência naqueles géneros textuais, pensando-se que contribui para tal o facto de a R cumprir as suas funções de reforço argumentativo e de persuasão, muito frequente em discursos políticos.

No que concerne à relação da formulação com a identidade de género: embora seja uma estratégia utilizada por ambas as instâncias de produção, as mulheres parecem privilegiar o recurso a essa estratégia em sequências mais implicadas. Constatou-se, portanto, que as ER ocorrem em segmentos que traduzem um envolvimento diferenciado das instâncias produtoras no processo de produção textual, facto que não decorre de uma contingência genológica, antes agentiva. Assim, os dados obtidos no que respeita à análise das ER mostram que a enunciação de mulheres e homens, em (géneros de) textos idênticos, é diferente: as ER parecem ocorrer dentro de sequências mais implicadas nos textos de instâncias produtoras femininas, privilegiando as mulheres as formas implicadas, o que leva a equacionar a R como uma das estratégias de implicação a adicionar às já atestadas.

Conclui-se, ainda, que a ocorrência das ER em segmentos distintos vem complementar os trabalhos desenvolvidos anteriormente, nomeadamente apontando para uma direção importante: o facto de as instâncias produtoras femininas se representarem a partir do recurso, pelo menos com maior ênfase, a estratégias linguísticas que traduzem a sua implicação no texto, abre a possibilidade de novas formas de pensar o feminino, as questões das mulheres e da sua (in)visibilidade na sociedade contemporânea.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pese embora a necessidade de se consolidarem com outros possíveis estudos os resultados provenientes deste, as conclusões atestadas reforçam o percurso de investigação e desenham-se promissoras, ainda que provisórias. Assim, este pequeno recorte desse trabalho mais amplo contribui para o enriquecer com novos dados: a R como estratégia de formulação parece ser, também, uma característica do género de texto *discurso político de tomada de posse*, pelo seu uso retórico e argumentativo de reforço; e, embora seja um recurso explorado por ambas as instâncias de produção, parece ser uma estratégia tendencialmente utilizada pelas instâncias produtoras femininas em segmentos que traduzem a sua implicação no texto.

Com efeito, tendo sido atestados diferentes posicionamentos enunciativos nos textos de autoria feminina, de um lado, e de autoria masculina, de outro, o facto de se observarem valores altos, relativamente às formas de implicação das instâncias produtoras femininas, faz prever a possibilidade de se confirmar a tendência para uma forte e atestada implicação das mulheres nos textos. E, dessa forma, equacionar colocar em teoria o que outrora Pintasilgo havia projetado: a existência de uma “linguagem” feminina, específica, que emana das mulheres e que “implica investimento da pessoa toda” (Pintasilgo, 1981: 54).

O que parece estar em evidência, portanto, é o facto de a estratégia discursiva de mulheres e homens estar relacionada, como já atestado em trabalhos anteriores, com as questões da identidade de género, podendo afirmar-se que mulheres e homens “falam” de forma diferente. Por tal, a ocorrência das ER em segmentos distintos – de implicação no discurso de mulheres e de não implicação no de homens-, vem corroborar e realçar o que se tem vindo a investigar na relação entre linguagem e género, determinando que os mecanismos (linguísticos) utilizados por uns e outros são determinantes para a sua representação (discursiva), ganhando relevo a nível linguístico e social.

## 7. REFERÊNCIAS

- Bronckart, Jean-Paul (1999), *Atividade de linguagem, textos e discursos. Por um interacionismo sócio-discursivo*, trad. Anna Rachel Machado e Péricles Cunha, São Paulo, EDUC.
- Bronckart, Jean-Paul (2008), “Genre de textes, types de discours et “degrés” de langue”, *Texto!*, vol. XIII, nº 1, pp. 1-95, [em linha] disponível em <http://www.revue-texto.net/index.php?id=86> [consultado em 09 de abril de 2018].

- Coutinho, Maria Antónia (2014), “Language in Action: Epistemological and Methodological Issues”, *From Language to Discourse*, ed. Clara Nunes Correia (Coord.), Camile Tanto, Larysa Shotrop, Lúcia Cunha & Noémia Jorge, Cambridge Scholars Publishing, pp. 224-235.
- Fiorin, Rosalia (2008), “Repetição: uma estratégia de construção textual vivaz na oralidade”, *Eutomia*, Ano I, nº 2, pp. 538-559.
- Garcia-Debanc, Claudine (2015), “La reformulation: usages et contextes”, *Corela*, [em linha] disponível em <https://journals.openedition.org/corela/4032> [consultado em 05 de março de 2019].
- Joachim, C. D. C. (2019), “A representação discursiva de mulheres e homens em posição de destaque: um estudo comparativo e exploratório”, in: Marques, M. A. Marques & Guimarães, S. (Eds.), *Linguagens de poder*, V. N. Famalicão, Editora Húmus/CEHUM, pp. 133-156.
- Kara, Mohamed (2004), “Reformulations et polyphonie”, *Pratiques*, nº 123/124, pp. 27-54.
- Lebaud, Daniel & Ploog, Katja (2013), “Paraphrases, reformulations et gloses: points de vues linguistiques”, *Hal*, [em linha] disponível em <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00821809/document> [consultado em 05 de março de 2019].
- Marcuschi, L. A. (1996), “A repetição na língua falada como estratégia de formulação textual”, in: Koch, Ingedore G. Villaça (Org.), *Gramática do português falado*, Campinas, São Paulo, Editora da Unicamp, vol. VI – Desenvolvimentos, pp. 95-129.
- Marcuschi, L. A. (2006), “Repetição”, in: Jubran, Clélia Cândida A. Spinardi & Koch, Ingedore G. Villaça (Org.), *Gramática do português falado no Brasil: construção do texto falado*, Campinas, São Paulo, Editora da Unicamp, vol. 1, pp. 219-254.
- Martinot, Claire (2015), “La reformulation: de la construction du sens à la construction des apprentissages en langue et sur la langue”, *Corela*, [em linha] disponível em <https://journals.openedition.org/corela/4034?lang=en> [consultado em 05 de março de 2019].
- Pintasilgo, Maria de Lourdes (1981), *Os novos feminismos: interrogação para os cristãos?*, Moraes Editores.
- Pinto, M. A.; Pinho A. C.; Teixeira, J. (2017), “Polarização e construção da força discursiva em manifestos políticos: o caso das presidenciais portuguesas de 2016”, *Linha D'Água*, 30(1), pp. 35-68.
- Tannen, D. (1987), “Repetition in conversation: Toward a poetics of talk”, *Language*, vol. 63, nº 3, pp. 574-605.
- Voloshinov, Valentin Nikolaevich (1977), *Marxism and the Philosophy of Language*, Harvard, Harvard University and the Academic Press Inc [1929].

## 8. REFERÊNCIAS DOS TEXTOS ANALISADOS

- Carneiro, Francisco Sá (1980), “Discurso de Sá Carneiro”, disponível em <http://www.arqnet.pt/portal/discursos/janeiro05.html> [consultado em 08 de setembro de 2018].
- Esteves, Assunção (2011), “Discurso de tomada de posse de S. Exa a Presidente da Assembleia da República na XII Legislatura”, disponível em <http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?2DiscursoDeTomadaDePosseDaPresidentedaAssembleiadaRepublica.pdf&Inline=true> [consultado em 08 de setembro de 2018].
- Pintasilgo, Maria de Lourdes (1979), “Discurso de Maria de Lourdes Pintasilgo”, disponível em <http://www.arqnet.pt/portal/discursos/agosto07.html> [consultado em 08 de setembro de 2018].
- Rodrigues, Eduardo Ferro (2015), “Discurso de posse do Presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues”, disponível em [https://www.parlamento.pt/Documents/2015/outubro/2015\\_10\\_23DiscursoPossePAR.pdf](https://www.parlamento.pt/Documents/2015/outubro/2015_10_23DiscursoPossePAR.pdf) [consultado em 08 de setembro de 2018].

## ANEXO 1

**Figura 6. Exemplificação dos resultados da análise dos textos de autoria feminina**

MARCAS DE IMPLICAÇÃO (DISCURSO INTERATIVO)			
		Texto 1	Texto 3
<b>Unidades com valor deítico que remetem para a interação verbal</b>	<b>Pessoal</b> (nomes próprios, pronomes, entre outros)	1ª PS  1ª pPL (valor dilatado)	a) "Faço-o na plena convicção de que me é concedido um privilégio [...]"  b) "[...] somos a maior riqueza que ele possui".
	<b>Temporal-Espacial</b> (não verbal)		a) "Dedico este meu momento de alegria a todas as mulheres"  b) "Nós [...] somos portadores de um mandato [...]"  c) "Eis-me perante a Assembleia da República [...]"  d) "Não estamos sós, aqui!"  d) "Somos hoje [...]"
<b>Modalização autonímica</b>	<b>Desdobramento enunciativo</b> (recurso a pontuação polifónica: "", (), -)		e) "[...] o Governo a que presido, embora constitucional, surge marcado pela "transição"  f) "[...] de que uma clara transparência – que o mesmo é dizer rigor e profundidade [...] - é exigida ao Governo [...]"
	<b>Marcas de modulação</b> (?, !, ...)		e) "Formas alargadas [...] – como a União Europeia – emergem [...]"  f) "Mesmo contra "os velhos do Restelo", o mundo [...]"  g) "Que outros factores não houvera e já este era [...] a total isenção do Governo!"  g) "Que orgulho [...] e que responsabilidade que é estarmos aqui!"
<b>Exploração do subsistema de verbos do plano do discurso, em particular o PRES IND e o P PER</b> (com valor deítico)		h) "Eis-me / faço-o / o Governo a que presido / tenho a honra / acabo de anunciar / julgo [...]"  i) "Ao expor [...] deixei claras [...]"  j) "[...] é-me particularmente grato poder [...]"	h) "Constitui / é / somos [...]"  i) "Fomos / percorri [...]"  j) "[...] devemos ser co-autores de corpo inteiro [...], devemos lutar [...]"
<b>Auxiliares de modo</b> (poder, dever, querer, ser preciso, entre outros)		k) "Era minha intenção ter completado o Programa [...] para mim mesma, apelidei [...]. Não o fiz por escrito, mas faço-o agora".	k) "Vivemos um tempo [...]. Mas é um tempo que nos [...]"
<b>Anáforas</b> (retomadas anafóricas: nominais, pronominais, entre outras)		l) "[...] a total isenção do Governo!"	l) "Presidir ao Parlamento constitui a maior honra da minha vida!"
<b>Densidade verbal elevada</b>			
<b>Densidade sintagmática baixa</b>			

## ANEXO 2

**Figura 7. Exemplificação dos resultados da análise dos textos de autoria masculina**

<b>MARCAS DE NÃO IMPLICAÇÃO (DISCURSO TEÓRICO)</b>		
	<b>Texto 2</b>	<b>Texto 4</b>
<b>Ausência de unidades (deíticas) que remetam aos interactantes ou ao espaço-tempo da produção; de processos de modalização autonímica; e de frases não declarativas</b>		
<b>Pronome indefinido “se”</b> (sem valor deítico)	a) “Na verdade, não se limitou a escolher entre partidos” / “O Governo apresenta-se, pois, com uma política [...]”.	a) “À Assembleia da República exige-se [...] que saiba [...]”. Exige-se ao parlamento que saiba [...]”.
<b>Exploração do subsistema de verbos do plano do discurso, em particular o PRES GEN e o P PER GEN (sem valor deítico)</b>	b) “A política do Governo é, por natureza humanista [...]”. c) “O País escolheu e expressamente manditou um Governo [...]”.	b) “Nenhuma economia cresce de forma justa e partilhada [...]”. c) “Ter boa política é meio caminho andado [...]”
<b>Auxiliares de modo</b> (poder/dever PRES GEN + INF)	d) “O Governo espera poder, assim, contribuir [...]”.	d) “A Assembleia da República dever ser o palco [...]”.
<b>Modalizações lógicas</b>	e) “Ela, sem dúvida, implica a oportuna [...]”.	e) A integração europeia de Portugal está certamente na base de [...]”.
<b>Procedimentos de referência deítica intratextual</b>	f) “É este, pois, um Governo especialmente responsável [...]”. g) “[...] o Governo encara as tensões sociais sem receio. Aceita-as como um factor [...]”.	f) “É por aqui que passa [...]”. g) “À Assembleia da República exige-se igualmente um respeito pelo papel dos restantes [...]. Esse é um dever constitucional indeclinável”.
<b>Organizadores com valor lógico-argumentativo</b>	h) “[...] Pelo contrário, considera essa prova [...]. E, simultaneamente, recusará seguir [...]”. Pelo seu lado, o Governo [...]”.	h) “Assim como não há deputados [...], também não há grupos [...]”. i) “É por isso este o espaço [...], mas também da construção [...]”.
<b>Densidade verbal baixa</b>		
<b>Densidade sintagmática elevada</b>		